



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

ATA DA 44ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

OBJETO: Apresentação sobre o Grupo Integrado de Apoio Técnico – composição e funções; Discussão sobre subdivisão de área na APA do Passaúna para implantação de equipamentos públicos no município de Campo Magro; Apresentação sobre a Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu.

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, na sala de reuniões da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, realizou-se a 44ª reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. Registrou-se a presença dos Prefeitos de Campina Grande do Sul – Sr. Luís Carlos Assunção, do Prefeito de Campo Magro – Sr. José Antonio Pase e do Prefeito de São José dos Pinhais – Sr. Ivan Rodrigues. O Diretor Técnico da COMEC Eng. Antonio Wandscheer abriu a reunião informando sobre o GIAT – Grupo Integrado de Apoio Técnico, que foi criado inicialmente para licenciar os projetos em áreas de manancial na RMC, como forma de agilizar o licenciamento. Ele apresentou a técnica Luciana Arzua, consultora contratada pela SEMA, que esclareceu sobre as competências do grupo. O GIAT, conforme o Decreto Estadual nº 3411/08, está vinculado à SEMA e possui as atribuições de centralizar, agilizar, analisar, aprovar e autorizar as atividades em áreas de interesse de mananciais da RMC que necessitem de licenciamento ambiental, bem como empreendimentos e obras consideradas estratégicas ou de potencial impacto ambiental das áreas em questão. Ela informou que está em construção a proposta de um novo decreto, que será aplicado inicialmente na Região Metropolitana de Curitiba, na Bacia do Alto Iguaçu e Alto Ribeira e depois será estendido para todo o Estado, com relação a empreendimentos, habitações e extração mineral. O representante do SINDUSCON Sr. Ubiraitá Dresch perguntou se com esses parâmetros os demais empreendimentos de menor porte continuam com o mesmo processo. A Sra. Luciana Arzua respondeu que os empreendimentos menores podem optar, se passam pelo GIAT ou se pelo procedimento usual. Na sequência, ela apresentou o Manual que será orientativo aos procedimentos a serem adotados e aponta que o prazo para aprovação de habitação de interesse social será de trinta dias e para os demais será de sessenta dias. O Prefeito de São José dos Pinhais Sr. Ivan Rodrigues questiona sobre a possibilidade de recurso e para quem será encaminhado. Ela respondeu que o recurso deverá ser enviado para o próprio GIAT. Encerrada a apresentação, o Eng. Antonio Wandscheer disse que muitas vezes os projetos demoram para serem aprovados pois falta documentação e com esse manual isto será sanado. Luciana diz que o manual está finalizado e que estão aguardando a aprovação do decreto para disponibilizá-lo. O Sr. Ubiraitá Dresch do SINDUSCON perguntou se o manual seria aprovado mesmo sem ter sido discutido. O Diretor Técnico da COMEC Eng. Antonio Wandscheer esclareceu que o conteúdo do manual é somente compilação da legislação, que os processos serão agilizados, mas a documentação é a mesma e os procedimentos são aqueles determinados por lei. O que foi apresentado é somente uma nova metodologia. A Sra. Luciana comentou que o manual é uma compilação de procedimentos já existentes, mas com maior agilidade e que, por outro lado, o empreendedor deverá apresentar o projeto completo.

O Diretor Técnico da COMEC complementou informando que o processo só será iniciado se o município der autorização ao empreendedor, de acordo com a legislação do município. Finalizada a apresentação, o Presidente do Conselho Gestor dos Mananciais e Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba Dr. Alcidino Bittencourt Pereira solicita ao representante do município de Campo Magro a apresentação de sua solicitação. O Prefeito de Campo Magro Sr. José Antonio Pase passa a palavra para Secretário de Urbanismo Sr. Agilmar Cichacewski que explica a intenção do município de implantar um posto do INSS na APA do Passaúna. Esclarece que não há outro imóvel disponível para a implantação e o INSS exige que o imóvel seja individualizado, com registro de imóvel próprio. Na área proposta há um conjunto de equipamentos públicos e assim solicita um posicionamento especial para essa área. A explanação foi complementada pelo Sr. Márcio Moure da Prefeitura de Campo Magro o qual informou que trata-se de uma subdivisão de terreno nº 3-A, pertencente ao Município, em lotes de tamanho inferior ao permitido pelo previsto no Decreto Estadual nº 5063/2001. No terreno em questão, que possui uma área total de 9.387,60 m², a proposta é de subdivisão em cinco lotes, sendo 2.477,34 m² para a Unidade de Saúde Municipal; 1.075,00 m² para o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS visando a construção da agência da Previdência Social; 1.362,57 m² para implantação de novo equipamento público; 3.193,59 m² para a Creche Municipal e 1.279,10 m para acesso interno. Sobre o assunto já foi ouvida a Câmara de Apoio Técnico do Passaúna – CAT Passaúna, cujo parecer foi o seguinte: “ A CAT se pronuncia favorável a intenção pretendida da Prefeitura, concedendo anuência do empreendimento, desde que ouvido o Conselho Gestor dos Mananciais.” O Sr. Nelson Adamowicz do IAP fala que já existem equipamentos públicos no local e que a CAT é favorável por ser de interesse público e pela taxa de ocupação não ultrapassar o máximo permitido que é de 20%. O Prefeito de São José dos Pinhais considera que existe uma situação que já é consolidada e que a área já está de certa maneira fracionada, então não há nenhum inconveniente, ao contrário, trará benefícios ao município. O Sr. Arnaldo Carlos Muller da PUC pergunta se haverá situações semelhantes no futuro, e diz preocupar-se com o que pode ocorrer nos próximos anos, com a perda da característica da zona. O Dr. Alcidino Pereira considera que mesmo sendo de interesse público, deve se submeter ao Conselho Gestor dos Mananciais. O representante da PUC Sr. Arnaldo Carlos Muller comenta estar preocupado com o adensamento populacional e com o foco principal que é a água, que deve-se pensar seriamente em observações necessárias. A Arq. Maria Luiza M. Araujo da COMEC comentou que Campo Magro sofreu quando foi desmembrado de Almirante Tamandaré e que o município ainda não conseguiu estruturar sua sede que está na Bacia do Rio Verde. Esclareceu que o crescimento maior ocorreu na Bacia do Passaúna, por conta do crescimento de Curitiba e que essa população necessita de equipamentos públicos. O Sr. Arnaldo Carlos Muller considera que devemos nos preocupar com a área como um todo e verificar a situação daqui a dez anos. O Presidente do Conselho Gestor coloca o assunto em discussão, sendo que a proposta foi aprovada pelos presentes por unanimidade. Na sequência, a Arq. Maria Luiza M. Araujo apresenta o Decreto Estadual nº 3742, de 12 de novembro de 2008, que declara a Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu na RMC (AIERI), e ações previstas em trabalho a ser desenvolvido por COMEC/SEDU (coordenação), IAP, MINEROPAR, SUDERHSA, SEMA e municípios. Esclareceu que um dos objetivos da AIERI é promover a proteção, manutenção e recuperação ambiental e paisagística das áreas contíguas ao leito do Rio Iguaçu. O Dr. Alcidino Pereira comentou que para avançar no trabalho solicitará aos Srs. Prefeitos a indicação de técnicos para o acompanhamento do trabalho e posteriormente



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

auxílio nas definições a serem efetuadas em cada município. O representante da PUC Sr. Arnaldo Muller comentou que as Universidades têm a possibilidade de disponibilizar alunos em final de curso para desenvolver trabalhos durante 3 ou 4 meses. O Diretor Técnico da COMEC Eng. Antonio Wandscheer informou sobre a necessidade de aquisição de fotografias aéreas e que o custo poderia ser dividido entre as Instituições e as Prefeituras. Finalmente, o Sr. Presidente do Conselho, agradeceu a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão.

ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO
Secretária Executiva

JOSÉ ANTONIO PASE
Conselheiro

LUIS CARLOS ASSUNÇÃO
Conselheiro

IVAN RODRIGUES
Conselheiro

ANTONIO WANDSCHEER
Conselheiro

EMÍLIO TREVISAN
Conselheiro

PAULO CARNEIRO RAFFO
Conselheiro

ARNALDO CARLOS MULLER
Conselheiro

UBIRAITÁ ANTONIO DRESCH
Conselheiro